

**A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE CIÊNCIAS E
BIOLOGIA: UMA ANÁLISE DOS PROJETOS PEDAGÓGICOS DOS CURSOS DE
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE
ALAGOAS**

INCLUSIVE EDUCATION IN TEACHER TRAINING SCIENCES AND BIOLOGY: AN
ANALYSIS OF THE PEDAGOGICAL PROJECTS OF THE DEGREE IN BIOLOGICAL
SCIENCES AT THE FEDERAL UNIVERSITY OF ALAGOAS

EDUCACIÓN INCLUSIVA EN LA FORMACIÓN DOCENTE CIENCIAS Y BIOLOGÍA:
UN ANÁLISIS DE LOS PROYECTOS PEDAGÓGICOS DE LA LICENCIATURA EN
CIENCIAS BIOLÓGICAS DE LA UNIVERSIDAD FEDERAL DE ALAGOAS

Luciene Amaral da Silva
<https://orcid.org/0000-0002-5582-2787>
Universidade Federal de Alagoas, Brasil
E-mail: luciene.silva@arapiraca.ufal.br

Dayane Luz dos Santos Muniz
Universidade Federal de Alagoas, Brasil
jdmnet4321@gmail.com

Resumo

O artigo é parte de uma pesquisa que objetivou investigar sobre como a temática da Educação Inclusiva está sendo tratada nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) de Licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade Federal de Alagoas e analisar o formato como a educação inclusiva vem sendo ofertada nos referidos cursos. O escopo da pesquisa é constituído por quatro PPCs distribuído nos três *campi* de atuação da universidade no estado de Alagoas. A pesquisa segue uma abordagem qualitativa, com a análise documental como delineamento, que observou como a educação inclusiva está posta nos documentos de orientação dos cursos de licenciatura em Ciências Biológica. O resultado da pesquisa evidenciou que a temática da educação inclusiva está sendo trabalhada através de disciplinas e de extensão em quantidade e frequência baixa na maioria dos cursos e que apenas a disciplina de Libras que perpassa todos os *campi* está sendo ofertada em atendimento a legislação nacional. A pesquisa também constatou que na Unidade Educacional onde mais se oferta disciplinas e atividades de extensão existe a presença de uma professora surda que pode ser uma variável da presença da temática em maior expressão.

Palavras-chave: Educação Inclusiva; Política de Formação Docente; Ciências Biológicas.

Abstract

The article is part of a research that aimed to investigate how the theme of Inclusive Education is being treated in the Pedagogical Projects of the Courses (PPC) of the Degree in Biological Sciences at the Federal University of Alagoas and to analyze the format in which inclusive education has been offered in the mentioned courses. The scope of the research consists of four PPCs distributed in the three campuses where the university operates in the state of Alagoas. The research follows a qualitative approach, with document analysis as a design, which observed how inclusive education is placed in the guidance documents of the degree courses in Biological Sciences. The result of the research showed that the theme of inclusive education is being worked through disciplines and extension in quantity and low frequency in most courses and that only the Libras discipline that permeates all campuses is being offered in compliance with national legislation. The research also found that in the Educational Unit where more disciplines and extension activities are offered, there is a deaf teacher who can be a variable of the presence of the theme in greater expression.

Keywords: Inclusive Education; Teacher Training Policy; Biological Sciences.

Resumen

El artículo es parte de una investigación que tuvo como objetivo investigar cómo el tema de la Educación Inclusiva está siendo tratado en los Proyectos Pedagógicos de los Cursos (PPC) de la Licenciatura en Ciencias Biológicas de la Universidad Federal de Alagoas y analizar el formato en que se ha ofrecido educación en los cursos mencionados. El alcance de la investigación consta de cuatro PPC distribuidas en los tres campus donde actúa la universidad en el estado de Alagoas. La investigación sigue un enfoque cualitativo, con diseño de análisis documental, que observó cómo la educación inclusiva se ubica en los documentos orientativos de las carreras de licenciatura en Ciencias Biológicas. El resultado de la investigación mostró que el tema de la educación inclusiva está siendo trabajado por disciplinas y extensión en cantidad y baja frecuencia en la mayoría de los cursos y que solo la disciplina Libras que permea todos los planteles está siendo ofertada en cumplimiento de la legislación nacional. La investigación también encontró que en la Unidad Educativa donde se ofrecen más disciplinas y actividades de extensión, existe un docente sordo que puede ser una variable de la presencia del tema en mayor expresión.

Palabras -llave: Educación Inclusiva; Política de Formación Docente; Ciencias Biológicas.

INTRODUÇÃO

Quando se pesquisa da Educação Inclusiva, deve-se ter total atenção para que o sujeito seja de fato incluído e seja autor das suas construções e não apenas um coadjuvante. A educação inclusiva, na sua ampla função, é destacada como inclusão social, que tem o objetivo de garantir equiparação de oportunidades e o pleno exercício de direitos, com reconhecimento e respeito às diferenças, sejam elas culturais, étnicas, geracionais, gênero, diversidade física, dentre outros aspectos.

Quando se pensa na aprendizagem escolar, deve-se ter foco nos discentes da escola e para isso, cabe analisar a formação do professor para atender a demanda de sala de aula. Quando nos referimos ao ensino de ciências, a questão da educação inclusiva toma uma preocupação maior pelas temáticas conceituais da área que limita o acesso de alunos com determinadas deficiências a esses conteúdos. Nessa construção, cabe questionar sobre como a educação inclusiva está presente na formação inicial dos professores de Ciências e Biologia e como os Projetos Pedagógicos dos cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas contemplam essa questão.

Com as mudanças decorrentes no cotidiano, diversos esclarecimentos e atualizações sobre as legislações referentes ao processo de inclusão na sociedade, principalmente no âmbito escolar, ainda é uma realidade a ser trabalhada e melhorada no tocante a política de formação inicial para professores de Ciências/Biologia com o objetivo de desenvolver a aprendizagem dos alunos.

A ausência de formação, metodologias não inclusivas, dificuldade com material didático adequado, a não efetivação da política de educação inclusiva, entre outros fatores, são algumas dificuldades que existem, fazendo com que o processo de inclusão e o ensino-aprendizagem não sejam efetivados da melhor forma. Portanto, o objetivo do presente estudo foi investigar a presença/ausência da temática da Educação Inclusiva nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) de Licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade Federal de Alagoas e analisar de que forma esta vem sendo ou não ofertada, enfatizando que para futuros docentes este processo torna-se cada vez mais desafiador, para isso, também é necessário um olhar sobre a organização da formação docente e como a educação inclusiva se insere nesse cenário.

A formação docente no Brasil vem sendo pesquisada há bastante tempo, no sentido de também voltar um olhar para a formação inicial em cursos de licenciatura. Alguns estudos (Alves, 2009; Gatti, 2010;2009) apontaram para a necessidade de rever os projetos dos cursos das licenciaturas para que a formação de professores seja repensada e busque estar em contínua reflexão sobre a teoria e atender também às necessidades da atuação docente.

A preocupação com a formação de professores no Brasil, inicial e continuada, perpassa também pela reflexão do impacto de fatores como as “políticas educacionais postas em ação, financiamento da educação básica, aspectos das culturas nacionais, regionais e locais, hábitos estruturado” (Gatti, 2010, p. 1359) como a questão da desigualdade social que impacta de forma direta na atuação docente com interferência na aprendizagem dos alunos e isso exige cada vez mais dos professores condições para poder atuar de forma a garantir a inclusão dos alunos no acesso à aprendizagem.

Diante desse cenário de exigências da atuação docente que proporcione a inclusão da aprendizagem, é necessário verificar como os projetos pedagógicos dos cursos estão contribuindo para a formação inicial dos professores que em sua atuação terão na sala de aula, alunos com deficiência, transtorno ou outras limitações. Para isso, é necessário refletir sobre a educação para pessoas com deficiência e transtornos diante da formação docente.

Ao estudar sobre a história da educação escolar, percebe-se que desde o período colonial houve um descaso do poder público com a educação das pessoas com deficiência. A permanência dos alunos com deficiência e as oportunidades de ingresso sempre está a depender de suas condições econômicas, culturais e sociais, configurando uma educação que servia apenas à elite e, por consequência, se definindo como uma escola de princípio excludente (Brasil, 2015).

No Brasil, as leis que fundamentam a inclusão da pessoa com deficiência ou transtorno se apresentam com uma trajetória inicial de garantir educação para as crianças com deficiência, mas ainda em classes especiais, que já foi considerado um avanço, mesmo não sendo ainda nos moldes do que seria ideal como mostram a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 4.024, de 1961, que direcionou o atendimento educacional voltados às pessoas com deficiência, preferencialmente dentro do sistema geral de ensino, como também suas versões seguintes como a Lei nº 5.699, em 1971, que altera a LDB de 1961 e reafirma o “encaminhamento das pessoas com deficiência para as classes e escolas especiais, em vez de criar condições de inserção nas escolas comuns”(Brasil, 2015, p. 27), ainda no formato de salas especiais.

No entanto, acompanhando o processo de mudanças da década de 1990 em prol da inclusão, a LDB, Lei nº 9.394, de 1996, traz o seguinte entendimento: "entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais" (Brasil, 1996, p. 25). Havendo, quando necessário, serviços de apoio especializado, para atender as especificidades dos alunos em sala de aula regular.

Um documento bastante significativo sobre a educação inclusiva, são as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, do Conselho Nacional de Educação, por meio da Resolução CNE/CEB nº 2/2001, no artigo 2º, que determinam que sejam asseguradas condições necessárias para uma educação de qualidade para todos (Brasil, 2001, p. 1).

Um importante documento que vem marcar definitivamente a política nacional de educação inclusiva, ao tratar da política de educação especial na perspectiva da educação inclusiva, onde tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, orientando os sistemas de ensino a proporcionarem garantia a inclusão, assegurando: formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão escolar (Brasil, 2008).

Neste sentido, na perspectiva da educação inclusiva, o ministério da educação vem sinalizar para uma importante tarefa das instituições de educação superior que “devem prever em sua organização curricular formação docente voltada para a atenção à diversidade e que contemple conhecimentos sobre as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais” (Brasil, 2008, p. 9).

Nessa direção, o Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, dispõe sobre a educação especial e o Atendimento Educacional Especializado (AEE), estabelecendo em seu Art. 1º que o dever do Estado com a educação das pessoas com deficiência será realizado mediante diretrizes de oferta e apoio a uma educação inclusiva na rede regular de ensino. Outro documento que tomamos como referência é o Plano Nacional de Educação, traçado para o decênio de 2014 – 2024, aprovado pela Lei n. 13.005/2014, que estabelece entre as diversas diretrizes as de superação das desigualdades educacionais.

Algumas recomendações são fundamentais sobre as diretrizes educacionais brasileiras, pois não deixam incertezas quanto à necessidade de se atentar sobre questões de inclusão social e educacional, resguardadas as especificidades de cada etapa e modalidade de ensino com vista à promoção da cidadania, à eliminação de todas as formas de discriminação e respeito aos princípios de direitos humanos e à diversidade (Brasil, 2001).

No âmbito das políticas públicas de educação inclusiva no Brasil a Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, ou simplesmente, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, “[...] destina a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais das pessoas com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania” (Brasil, 2015, p.1).

Para assegurar a efetivação da política de inclusão, uma das questões que se faz necessário é refletir sobre a formação de professores no tocante às especificidades em relação à prática docente. “[...] formação e disponibilização de professores para o atendimento educacional especializado” (Brasil, 2015, p. 20). Nessa direção, o estudo traz a reflexão sobre a política de formação docente para a educação inclusiva.

Fazendo alusão a formação do professor que irá atuar com alunos com deficiência na sala de aula, a Lei de Diretrizes e Bases - LDB de 1996, no Artigo 59, vem dizer que os sistemas de ensino deverão assegurar aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Por meio desta concepção, entende-se que as orientações citadas sobre a formação dos professores são descritas na legislação, demonstrando a necessidade de perceber a importância da relação pedagógica no atendimento especializado na educação inclusiva, todavia torna-se um grande desafio às instituições de ensino de garantir tais diretrizes, instalando uma lacuna entre a teoria e a prática.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência vem recomendar que a, “adoção de práticas pedagógicas inclusivas pelos programas de formação inicial e continuada de professores e a oferta de formação continuada para o atendimento educacional especializado” (Brasil, 2015 p. 34) é de suma importância para a formação docente. O Estatuto incumbe ao poder público em seu artigo 28 a responsabilidade em assegurar, criar, desenvolver, incentivar e avaliar propostas de políticas de formação e por isso precisa também dar condições para que a escola e os educadores possam de fato ofertar um ensino inclusivo, como também garantir ao aluno acesso e permanência na escola.

À luz de todas as mudanças ocorridas na sociedade nas últimas décadas, influenciando diretamente na educação dos profissionais da educação, especialmente os professores, Anache (2001) vem considerar que a educação inclusiva é fruto de uma mudança na forma de pensar de uma sociedade. Diante dessa realidade é necessário pensar em práticas pedagógicas que proporcionem mudanças, tanto do ponto de vista da formação inicial, quanto na garantia de formação continuada nos espaços educacionais.

Do ponto de vista de Costa (2012), tratando sobre a formação e a prática do professor na perspectiva inclusiva, recomenda que os professores precisam “[...] assumir uma postura investigativa e atitudes democráticas, na superação da ideia reducionista de formação unicamente para a produção e reprodução social” (p.150).

Quem também vem corroborando com as mesmas ideias, é Duek (2014), quando traz recomendações para o professor em relação à utilização de recursos e estratégias variadas na sala de aula “criando as condições adequadas para que os alunos possam aprender, individual e coletivamente” (p. 24) e para que o professor tenha condições de fazer dessa forma, de promover uma educação inclusiva, precisa que, pelo menos, sua formação inicial contemple a questão da educação inclusiva.

No estudo feito por Braun e Nunes (2015), envolvendo os estudantes com deficiência intelectual, os mesmos consideram que o grande desafio aos professores está em “[...] conhecermos as possibilidades para o aluno conservar as informações e conhecimentos adquiridos, para seguir adiante” (p. 89). E como conhecer se não em sua formação inicial ou continuada?

As políticas educacionais sozinhas não produzem resultados positivos e que para se chegar ao objetivo há necessidade de uma integração entre os diversos níveis de ensino, particularmente entre a

Educação Básica e o Ensino Superior, traz uma excelente contribuição para pensarmos a formação inicial dos professores do curso de licenciaturas, em geral, em especial o curso de Ciências Biológicas, foco do nosso estudo. Isto porque a educação só consegue ser melhorada ou transformada no seu conjunto, mas que devem ser pensadas nessas duas importantes esferas, seja pelas instituições formadoras, ou seja, pelas instituições empregadoras.

Reconhecendo que o professor é um indivíduo em constante aprendizagem, não deve limitar-se apenas aos conhecimentos construídos e adquiridos durante a formação inicial, mas buscar formas que promovem esses conhecimentos, por meio de cursos, palestras, debates ou outros meios, formas efetivas e válidas de trabalhar com todos os alunos, sem segregações. Para isto, Ramalho e Núñez (2013), afirmam que este tipo de formação vai além de “instrução ou aprendizagem de conhecimentos e formação de habilidades e de competências, pois inclui, entre outras coisas, interesses, necessidades, intenções, motivações, caráter, capacidades, condutas, crenças, atitudes e valores” (p.73).

Vale ressaltar que, a questão da responsabilização pela inclusão não deve ser colocada apenas nos professores, a inclusão depende das condições às quais esses professores são submetidos, o regime de trabalho dos mesmos, as iniciativas da escola, do município, do Estado e da União e a garantia de acesso e permanência do aluno na escola.

Sendo assim, acreditamos ser necessário pensar em diretrizes na formação inicial do licenciado que será discutido a seguir com enfoque nas práticas pedagógicas no ensino de ciências. Em consequência de mudanças nas Diretrizes Nacionais para Formação de Professores que vem ocorrendo nos últimos anos, os cursos de licenciatura vêm passando por modificações do ponto de vista da organização em seu perfil curricular, emergindo mudanças do ponto de vista dos currículos dos cursos e nos projetos políticos pedagógicos, o que acarretou alterações no perfil do egresso e, conseqüentemente, do professor da Educação Básica.

Diante disso, para nortear a elaboração dos currículos dos cursos de licenciatura em Ciências Biológicas, as aprendizagens neste componente curricular foram organizadas em três unidades temáticas, conforme diretrizes apresentadas no documento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A BNCC “[...] é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver” (Brasil, 2018, p. 7). Então, segundo o Ministério da Educação, o documento da BNCC/2018, define dez competências gerais e aponta que a formação inicial e continuada deve ser baseada em três dimensões, a saber: conhecimento, prática e engajamento.

Nesta perspectiva, nos documentos nacionais, vêm sendo incluídas diretrizes onde indica que a formação inicial oferecida aos professores, precisa de uma garantia que possa capacitá-los para atender as especificidades dos diversos alunos, bem como se deve garantir que os docentes possam ter conhecimentos suficientes que tratem de questões relacionadas sobre alunos com deficiência.

Assim, de acordo com Trivelato e Silva (2011), é muito importante que essa nova geração de professores em formação reconheça, durante o curso, alguns fatores determinantes em relação ao processo de ensino e aprendizagem e que servirá como indicativo, para uma prática docente inclusiva, são elas:

De acordo com o Ministério da Educação, a formação de professores para a educação básica deverá voltar-se para o desenvolvimento de competências que abranjam todas as dimensões da atuação profissional do professor, o que nos leva a pensar relação teórico/prática (Brasil, 2000).

Nessa direção, as questões que tratam da formação inicial de professores, para atuar frente a diversidades dos alunos, continuarão sendo uma problemática a ser discutida em âmbito nacional, enquanto política pública e ações estratégicas, por parte das instituições formadoras. Neste caso, pensar na possibilidade de verificar in loco, no âmbito das escolas permitirá compreender como a formação inicial de professores tem contribuído para a garantia da inclusão de alunos com deficiência no contexto escolar.

Dentro da formação inicial dos licenciandos em Ciências Biológicas no tocante a formação para educação inclusiva, diante do avanço na matrícula de alunos na educação básica com deficiência conforme gráfico abaixo, exige que cada vez mais, os currículos dos cursos em licenciatura tragam de forma efetiva a temática.

Percebe-se que nos dias atuais o número de alunos com deficiência e transtornos tem aumentado consideravelmente nas salas de aula da educação básica, deste modo, é indispensável que os docentes estejam preparados para essa realidade. Embora esse profissional encontre dificuldades no meio do caminho como, por exemplo, contemplação da temática de forma aprofundada durante a formação inicial, falta de formação ofertada pelos estados e municípios, escassez de material didático apropriado para desenvolver as atividades para estes alunos, entre outros, ele precisa conhecer como pode trabalhar com essa demanda.

Por isso que é de suma importância verificar como a educação inclusiva está sendo tratada nos currículos dos cursos de licenciatura em Ciências Biológicas, com recorte da Universidade Federal de Alagoas, buscando analisar como a temática está posta, no formato de disciplinas, cursos de extensão ou outra modalidade e se existe espaço nos projetos dos cursos para tratar de práticas inclusivas para o ensino de ciências.

METODOLOGIA

A pesquisa optou pela abordagem de pesquisa qualitativa que até os dias atuais é utilizada para estudar fenômenos que envolvam seres humanos nas suas relações sociais, estabelecidas em diversos ambientes (Godoy, 1995). Segundo Triviños (1987) quando se utiliza o enfoque qualitativo, o pesquisador adquire uma liberdade maior no desenvolvimento da pesquisa. Para dar conta de responder a questão de pesquisa que era investigar sobre como a temática da Educação Inclusiva está sendo tratada nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) de Licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade

Federal de Alagoas e analisar o formato como a educação inclusiva vem sendo ofertada nos referidos cursos, foi necessário utilizar da análise documental como fonte de atendimento aos objetivos.

Segundo Godoy (1995), a análise documental é considerada uma fonte valiosa de dados, porque contribui para outros tipos de estudos qualitativos. Essa é uma proposta que deve ser rigidamente estruturada, permitindo que a imaginação e a criatividade levem o pesquisador a propor trabalhos que explorem diferentes focos.

Para chegar aos dados da análise, foi utilizado como base, a pesquisa documental onde foram analisados os Projetos Pedagógicos dos Cursos de Ciências Biológicas da (UFAL) para identificar se, de fato, existem disciplinas que contemplam a educação inclusiva, bem como a formação inicial de futuros professores.

Após leitura flutuante de todos os documentos, considerada a fase de pré-análise, buscou-se a sistematização e compreensão das ideias contidas nos documentos, como também oportunizou a seleção das unidades de análise, tão necessária para a análise documental que constitui o escopo da pesquisa, onde deu a oportunidade de a pesquisa passar de um documento primário que se apresenta de forma bruta e que sofre alteração e tratamento a partir da análise. Sendo assim, o *corpus* da pesquisa foi constituído pelos projetos pedagógicos dos cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas, como instrumento da análise de conteúdo.

Um dos desafios do estudo foi verificar a quantidade de disciplinas que trata da educação inclusiva posta nos Projetos Pedagógicos e se os cursos ofertam também em outros formatos ações referentes a temática da inclusão, para isso a pesquisadora decidiu criar duas categorias: disciplina e extensão para verificar se contemplam o ensino de temáticas que tratem da educação inclusiva.

Para isso, foi realizado o mapeamento da distribuição dos cursos de licenciatura em Ciências Biológicas da UFAL, bem como a verificação da atualização dos Projetos Pedagógicos de cada curso para analisar como estavam organizadas as disciplinas ofertadas e como a educação inclusiva era contemplada.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A história do Curso de Ciências Biológicas do Instituto de Ciências Biológicas e da Saúde foi estudada como objeto de pesquisa pela professora Jane Lyra na sua dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Pós-graduação do Centro de Educação da UFAL. O Curso foi criado em 1973, como Curso de Licenciatura em Ciências-Habilitação Biologia, em resposta às disposições da reforma universitária fundamentada na lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1971, respaldada pelo Parecer nº 853/71, do Conselho Federal de Educação. Nasceu sem estrutura prévia de docentes, recursos físicos e técnicos no então Instituto de Ciências Biológicas-ICB que depois da reforma passou a ser denominado Centro Ciências Biológicas-CCBi (UFAL, 2019).

O Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da UFAL destina-se a formar professores para atuar na educação básica, mais especificamente nas disciplinas de Ciências no Ensino Fundamental e

Biologia no Ensino Médio, que tenham um amplo conhecimento de sua área de formação, que sejam capazes de refletir sobre a sua prática pedagógica e de intervir na realidade regional buscando transformá-la.

O licenciado em Ciências Biológicas deverá ser um profissional que atenda aos requisitos da formação de professor de Biologia do Ensino Médio e professor de Ciências do Ensino Fundamental, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Base Nacional Comum para Educação Básica e as recomendações do MEC para os Cursos de Licenciatura, conforme o Art. 62 da Lei 9.394/1996, de Diretrizes e Bases da Educação, e a Resolução nº 2, de 01 de julho de 2015.

Atualmente a organização dos cursos de licenciatura em ciências biológicas estão distribuídos da seguinte forma:

Quadro 1 - Distribuição do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da UFAL

CÓDIGO	CURSO	UNID.	TURNO	MODALIDADE
107436	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	MACEIÓ	VESPERTINO E NOTURNO	Licenciatura
102166	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	ARAPIRACA SEDE	MATUTINO	Licenciatura
1288838	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	PENEDO	NOTURNO	Licenciatura
PRIL	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	DELMIRO GOUVEIA	NOTURNO	Licenciatura

Fonte: Autora, 2023

A Unidade Educacional de Maceió abriga o curso de Ciências Biológicas, facilitando a oferta da modalidade em licenciatura por estar presente nos dois turnos de funcionamento. A proposta do curso de licenciatura é formar docentes para atuar nas disciplinas de Ciências e Biologia, no ensino fundamental anos finais e ensino médio, respectivamente.

No *Campus* Arapiraca o curso, ofertado apenas na modalidade de licenciatura e dividido entre a Sede e a Unidade Educacional de Penedo, busca atender a demanda das escolas e deixa descobertos os bacharelados também importantes para a região do agreste do estado. A oferta do curso em apenas um turno de funcionamento limita a adequação das possibilidades dos estudantes que, muitas vezes, não conseguem ter suas necessidades de horário atendidas e acabam até migrando para outros cursos que tenham uma oferta diversificada de pelo menos horário e modalidade.

No *Campus* Sertão, a presença do curso de Ciências aparece com certas particularidades. Ao desenhar o curso no estado de Alagoas, foi observada a existência de um curso formatado apenas como Ciências, que faz parte do Programa Institucional de Fomento e Inicial Continuada de Professores e Diretores Escolares, denominado PRIL, cujo objetivo é formar professores para exercer a docência em ciências nos anos finais do ensino fundamental.

É necessário perceber que, o curso ofertado pelo *Campus* Sertão difere em alguns aspectos relacionados ao ingresso também de uma demanda específica, professores dos anos finais do ensino

fundamental, como também a exigência de realização de um ano de residência para os alunos que cursarem.

Os Projetos Pedagógicos dos Cursos - PPC de Ciências Biológicas trazem o desenho de toda a organização e funcionamento do curso. Desde dados sobre a localidade em que o curso será inserido, dos marcos legais de composição do curso, da análise da demanda local, da estruturação técnica do curso, a matriz curricular, as ementas de cada disciplina, organização de estágios, programas de extensão, dentre tantas outras informações que compõem seu escopo.

A partir de um olhar apurado sobre a formação docente em Ciências Biológicas e diante do crescente aumento no número da matrícula para alunos com limitações, conforme mostra o gráfico 1, surge a necessidade de olhar para a formação do docente em Ciências Biológicas para atuar em salas com alunos com deficiência ou transtornos. Os conteúdos desta área acabam assumindo um grau de dificuldade maior por ser uma área também experimental, dificultando ainda mais a aproximação dos estudos com deficiência de certos conteúdos como trabalhar temáticas que necessitem da visão, outras que precisam da audição para ouvir sons, outras que precisam do manejo tátil para quem tem deficiência motora, temáticas com ruídos, barulhos altos para autistas, dentre tantas particularidades que existem no ambiente escolar.

Sendo assim, a necessidade de revisar os projetos pedagógicos dos cursos surge como um alerta para que a universidade possa estar repensando sobre como poderá contribuir com essa formação em que a educação inclusiva esteja de fato inclusa.

Quadro 2 - Organização referente a atualização dos Projetos Pedagógicos dos cursos de licenciatura em Ciências Biológicas da UFAL.

CAMPI	UNIDADE	ATUALIZAÇÃO
A.C. Simões	Maceió	2019
Arapiraca	Arapiraca	2018
Arapiraca	Penedo	2018
Sertão	Delmiro Gouveia	2022*

Fonte: Autora, 2023

*Data de elaboração do PPC.

Os dados fornecidos neste trabalho estão baseados nos projetos pedagógicos dos cursos com base nas datas de atualização dos documentos disponibilizados no site oficial da UFAL. O mapeamento mostrou que existe documento com atraso de 04 (quatro) anos sem atualização e apresenta o mais recente (2022) não atualizado, mas feito e elaborado de forma recente. E como estão distribuídas as disciplinas nestes cursos que tratam da educação inclusiva? Existe alguma outra atividade realizada pelos cursos e expressa nos Projetos Pedagógicos que trabalhem a temática da educação inclusiva? O mapeamento traz esse desenho da estrutura de disciplinas que contemple:

Quadro 3 - Distribuição das disciplinas da área de educação inclusiva nos Projetos Pedagógicos.

CAMPI	UNIDADE	DISCIPLINA	CH	PERÍODO
A.C. Simões	Maceió	LIBRAS	54	4º
		Prática Pedagógica como Componente Curricular 2 (PRAC 2)	55	4º
Arapiraca	Arapiraca (Matutino)	LIBRAS	54	4º
Arapiraca	Penedo (Noturno)	LIBRAS	54	5º
		ACE 5 – Surdez, Educação e Saúde: aspectos da comunidade surda.	54	7º
		ACE 6 - Surdez, Educação e Saúde: práticas interventivas com/na comunidade surda.	58	8º
		Educação Inclusiva	54	8º
Sertão	Delmiro Gouveia	LIBRAS	54	7º

Fonte: Autora, 2023

A prevalência da disciplina de Libras nos Projetos Pedagógicos surge, também, para cumprir com a regulamentação que garante a inclusão em sua matriz curricular, a disciplina de Língua Brasileira de Sinais, sendo de extrema importância para a formação do educador. Dessa forma, se atende ao Decreto Federal nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre o assunto e o artigo 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

A educação inclusiva está presente nos PPC da UFAL através de disciplinas e ações de extensão. Distribuído nos três *campi* com variação de representação a partir do 2º período, findando no 8º. O que foi percebido é que no *campus* A.C. Simões existe apenas uma disciplina, a de Libras. Foi identificado também, uma Prática Pedagógica como Componente Curricular 2 (PRAC 2) cuja temática trata de dificuldade de ensino e de aprendizagem, abordando também, a temática da inclusão, operacionalizadas no 4º e 5º períodos.

No *campus* Arapiraca, a presença da temática da educação inclusiva está presente apenas na disciplina de Libras ofertada no 4º período com pouca representação. No entanto, na Unidade Educacional Penedo, no *campus* Arapiraca, nota-se que há uma preocupação maior por parte da instituição em ofertar atividades de ensino, extensão e pesquisa as quais englobam a educação inclusiva, principalmente em fazer com que neste curso haja a presença de disciplinas totalmente voltadas para essa realidade, como é possível observar no quadro acima. Além disso, não podemos deixar de citar a importância de existir na unidade uma docente surda, a qual é responsável pela disciplina de Libras ofertada no 5º período que pode estar fomentando a ampliação do ensino inclusivo no curso.

Segundo o PPC da unidade de Penedo (UFAL, 2018), são promovidas ações de extensão com a temática da Educação Inclusiva, voltados para os discentes do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas e para a formação continuada dos professores da educação básica das escolas públicas do

município de Penedo/AL. No período de 2015 a 2018 foram desenvolvidas atividades de extensão, como por exemplo, as ações elencadas abaixo:

- **Projetos de Extensão:** Formação continuada para professores dos anos finais do ensino fundamental das escolas municipais de Penedo/AL; Curso de Formação para Tradutor/Intérprete de Libras para professores das escolas municipais de Penedo/AL;

- **Ações de Extensão:** Escola democrática – numa perspectiva inclusiva.

Em toda a universidade, no que diz respeito aos cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas, além de LIBRAS (presente em todas as unidades), existem 4 disciplinas, as quais contemplam a Educação Inclusiva, bem definidas no quadro 3. Esta oferta impacta positivamente na formação do professor, visto que é essencial para que este profissional aprenda a lidar com as peculiaridades dos alunos que possuam algum tipo de deficiência.

No Projeto Pedagógico do curso de licenciatura em Ciências Biológicas da Unidade Penedo, a palavra inclusão teve uma frequência de ocorrência muito significativa. Percebe-se que a presença da temática ainda está posta a partir da representação da educação para surdos, revelando a força que a legislação nacional teve sobre a efetivação da temática e como a presença de professores surdos na instituição, fomenta a prevalência da área de contemplação da surdez. Esse panorama leva a reflexão sobre o espaço que não está sendo aberto para outras deficiências e transtornos tão presentes no espaço de sala de aula da educação básica como mostrou o gráfico 1 com incidência maior da deficiência intelectual.

Um fato que mereceu atenção da análise foi o Projeto Pedagógico do *Campus Sertão/Delmiro Gouveia*, onde observou-se que a ocorrência do termo inclusão foi também muito significativa, principalmente no tópico que vem tratar sobre questões de acessibilidade, e, que de forma contraditória, apresenta apenas uma disciplina. Mesmo existindo a oferta da disciplina Libras, ainda existe a necessidade de ampliação dos estudos como a inserção de outras disciplinas que tragam em sua ementa as questões da educação inclusiva.

Os Projetos Pedagógicos apontaram que, apesar dos avanços da presença da educação inclusiva nos cursos de licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade Federal de Alagoas, ainda existe uma lacuna que pode ser ampliada na inclusão de disciplinas, projetos de extensão ou em outra modalidade que contemple as demais deficiências e transtornos específicos de aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa trouxe a reflexão sobre a presença da Educação Inclusiva nos Projetos Pedagógicos da Universidade Federal de Alagoas e mostrou que ela precisa acontecer de fato. E para que esse direito se torne realidade na vida de muitos discentes, é extremamente necessário que se tenha profissionais capacitados para o desenvolvimento da prática docente. As escolas e universidades devem estar preparadas tanto em sua estrutura, como com seus colaboradores. É necessário um olhar diferenciado para o aluno que possui limitações decorrentes de deficiência ou transtorno para que este, não fique

inerte em sala de aula e para que a aprendizagem possa acontecer. A pesquisa também deixa em aberto para os próximos estudos a questão se a presença de professor surdo implica na ampliação da temática da educação inclusiva nos currículos de Licenciatura em Ciências Biológicas.

Diante do exposto, o respectivo trabalho de pesquisa qualitativa com base em análise documental, vem sinalizar/sugerir a necessidade da ampliação da área de estudos através da oferta de disciplinas eletivas as quais abordem sobre práticas inclusivas no ensino de Ciências, bem como a contemplação dessas práticas nas demais disciplinas presentes nos Projetos Pedagógicos dos cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas. Esta recomendação se mostra como um instrumento de acréscimo à formação docente, visto que a universidade estaria levando mais oportunidade para a formação desses profissionais, ajudando-os a criar metodologias de ensino diferenciadas para os alunos com deficiência ou transtorno. Assim, esse futuro docente compreenderia sobre a importância da inclusão e estaria previamente capacitado para desenvolver o processo de ensino-aprendizagem em seus alunos atípicos.

A sugestão acima descrita não acarretaria em uma formação continuada, porém, seria uma grande base inicial para que o futuro professor de ciências saia da universidade com um pensamento voltado para as práticas inclusivas, tendo em sua consciência que estas são extremamente necessárias. Refletindo sobre a educação inclusiva, vemos que é um processo demorado, que demanda tempo e cuidados diversos e que é fundamental a união de todo o âmbito escolar para garantir o direito à educação a estes alunos.

REFERÊNCIAS

- Alves, F. (2009). *Inclusão: muitos olhares, vários caminhos e um grande desafio*. Rio de Janeiro: Wak editora.
- Anache, A. A., & Maciel, C. E. (org.) (2011). *Educação especial*. Campo Grande, MS: Know How.
- Brasil. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e base da Educação Nacional. Diário oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 dez. 1996.
- Brasil. (1988). *Constituição da república federativa do Brasil de 1988*. Brasília: Senado.
- Brasil. (2001). Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução cne/ceb 2/2001. Diário Oficial da União, Brasília. Seção 1E, p. 39-40.
- Brasil. (2001). *Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica*. MEC/SEESP, Brasília.
- Brasil. (2001). *Plano Nacional de Educação – lei 10.172, de 09 de janeiro de 2001*. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Rio de Janeiro: DP&A.
- Brasil. (2023). Conselho Nacional de Educação. Resolução n.º 1, de 18 de fevereiro de 2002. Institui diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores da educação básica,

- em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/res1_2.pdf.
- Brasil. (2008). Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC.
- Brasil. (2009). Ministério da Educação. Programa: Formação Continuada de Professores na Educação Especial - Modalidade a Distância. Brasília: MEC.
- Brasil. (2015). Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário oficial da República Federativa do Brasil, Brasília.
- Brasil. (2018). Ministério da Educação. Estudantes com Síndrome de Down conquistam espaço na escola e no mercado de trabalho. In: BRASIL. Portal MEC. Brasília.
- Braun, P., & Nunes, L. R.O. P. (2015). A formação de conceitos em alunos com deficiência intelectual: o caso de Ian. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v.21, n.1, p.75-92.
- Costa. A. V. (2012). Políticas de Educação Especial e inclusão no estado do Rio de Janeiro: formação de professores e organização de escola pública. Ci. Huma. e Soc. em Rev., RJ, EDUR, v.34, n.12, p.141-157.
- Duek, V. P. (2014). Formação continuada: análise dos recursos e estratégias de ensino para a educação inclusiva sob a ótica docente. Educação em Revista, v.30, n.2, p.17-42.
- Gatti, B. A. (2009). Formação de professores: condições e problemas atuais. Revista Brasileira de Formação de Professores, v.1, n.1, p.90-102.
- Gatti, B. (2010). Formação de professores no Brasil: características e problemas. Educ. Soc., Campinas, v.31, n.113, p.1355-1379.
- Godoy, A. S. (1995). Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. RAE - Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v.35, n.2, p.57-63.
- Mantoan, M. T. E. (2003). Inclusão Escolar: o que é? Por quê? Como fazer? 1ª ed. Moderna, São Paulo.
- Ramalho, B., & Núñez, I. B. (2013). Formação, Representações e Saberes Docente: elementos para se pensar a profissionalização dos professores no século XXI. Mercado de Letras, Campinas.
- Triviños, A. N. S. (1987). Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas.
- Trivelato, S. F., & Silva, R. F.L. (2011). Ensino de Ciências. 1ª ed. Cengage Learning, São Paulo.
- Universidade Federal de Alagoas. Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Ciências, Delmiro, 2022.

Universidade Federal de Alagoas. Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, Maceió, 2019.

Universidade Federal de Alagoas. Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, Arapiraca, 2018.

Universidade Federal de Alagoas. Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, Penedo, 2018.